

Jornal do Psicólogo

ano 24 nº89 nov/2007 a jan/2008

Posse pública do XII Plenário do CRP-MG

Robson Rodrigues



XII Plenário assume CRP-MG, buscando transparência e maior aproximação com a categoria e a sociedade.

Na foto, da esquerda para a direita: Georgina Motta, conselheira-secretária; Rogério de Oliveira, conselheiro-presidente; Fátima Boschi, ex-conselheira do CFP; Humberto Verona, presidente eleito do CFP; José Guedes, ex-presidente do CRP-MG; Rodrigo Tôres, conselheiro-vice presidente. PÁGINA 3

O FAZER DO PSICÓLOGO

A atuação de psicólogos nos CAPSs e Hospitais Gerais.
Pág. 6 e 7.

FISCALIZAÇÃO DE ASILOS

CRP-MG fiscaliza asilos na Região Metropolitana de BH.
Pág. 5

ORÇAMENTO 2008

Orçamento 2008 é apresentado em Assembléia Geral.
Pág. 4

COMISSÕES DO CRP-MG

Conheça e participe de nossas Comissões Temáticas.
Pág. 8

EDITORIAL

O XII Plenário do CRP-MG inaugurou a nova gestão, triênio 2007-2010, com uma posse pública, que aconteceu no final de setembro na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa oportunidade, o CRP buscou dar transparência à nova gestão, tornando os agentes políticos conhecidos, dando visibilidade à Psicologia e aos projetos caros à profissão. Ressalta-se a importância de tal iniciativa e seus objetivos, a saber: aproximação maior com a categoria, sociedade e poderes públicos. Busca-se, dessa forma, sensibilizar os Psicólogos mineiros para a importância que têm na construção de um projeto coletivo para a profissão, sendo participantes e protagonistas na construção do compromisso e da responsabilidade com a sociedade e a Psicologia.

O projeto para uma Psicologia do presente e do futuro assenta-se na Ciência, na Profissão, no Compromisso e Protagonismo Social e na Valorização do Trabalho do Profissional Psicólogo. Muito já se fez, mas precisamos avançar, buscando conhecer os psicólogos, suas práticas, dificuldades, etc., visando a construção de referências para seu fazer, reconhecendo o trabalho do psicólogo e a necessidade de valorização deste junto à sociedade brasileira.

O CRP-MG apresenta então seus principais objetivos, convidando a categoria para a construção de um projeto coletivo para a profissão, destacando a importância da participação dos psicólogos, lembrando o compromisso desta gestão, mas também dos psicólogos, na condução desse processo. É importante salientar que os psicólogos devem ser protagonistas, tendo um papel de atores sociais na construção da história e na exigência de responsabilidade e compromisso dos gestores para com a Psicologia, a Autarquia, os profissionais e a sociedade.

Esta edição traz algumas áreas de atuação do Psicólogo, entendendo que a razão maior da existência do CRP-MG é a Psicologia, os psicólogos e a sociedade. Destacamos neste número a atuação profissional nos CAPs e Hospitais Gerais. Daremos continuidade a esta linha editorial, entendendo que o mais importante para este Conselho é de fato a Psicologia, os psicólogos, os campos de atuação profissional, o protagonismo social, a produção de referências técnicas para a prática, as políticas públicas e a valorização do trabalho do profissional psicólogo.

É de suma importância para nós conseguir uma aproximação cada vez maior com a categoria, objetivando uma abertura dialógica e dialogante, reconhecendo os êxitos e os problemas, os atravessamentos e as conquistas, mas também as perdas e as deficiências no processo histórico de construção de uma Psicologia que se faça reconhecida, mas que também possa se reconhecer enquanto uma ciência e uma profissão de grande relevância para os sujeitos, grupos, comunidades e sociedade em geral.

Convidamos os Psicólogos para que se engajem nesse processo, cobrem postura e responsabilidade do seu Conselho, sejam protagonistas, participem e se impliquem, proponham, valorizando o seu fazer, estimulando positivamente nossas lutas históricas e o poder-saber-fazer nosso de cada dia.

Lembramos que este Conselho quer contribuir mais e melhor para a valorização da Psicologia e do psicólogo. Este é nosso compromisso com vocês! Mas para isso, precisamos construir juntos. Venham e participem! Procurem informações sobre o Conselho, seu funcionamento, suas responsabilidades jurídicas, etc. Participem das Comissões Temáticas do Conselho: Direitos Humanos, Saúde, Mobilidade Humana e Trânsito, Organizacional e Trabalho, Educação, etc.

Contamos com a colaboração de todos! Enviem sugestões, críticas e propostas. Não há Psicologia e Conselho de Psicologia sem psicólogos.

Boa leitura! E um ótimo 2008, chelo de alegrias pessoais e profissionais.

III SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS - "TRABALHO, DIREITOS HUMANOS E PSICOLOGIA"

No dia 07 de dezembro, a partir das 18h, a Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ realiza o III Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos. Este ano, o evento terá como tema "Trabalho, Direitos Humanos e Psicologia" e discutirá o papel da Psicologia no respeito aos Direitos Humanos nos ambientes de trabalho.

Para se inscrever no evento, ligue para (21) 2139-5407/ 2139-5439. A inscrição é gratuita. O evento será realizado no Plaza Copacabana Hotel, na Av. Princesa Isabel, 263 Copacabana, Rio de Janeiro - RJ.

ÉTICA E GRUPOS EM CINEMA COMENTADO

Sob o tema "Ética e grupos: os grupos operativos se fazem para aprender a pensar" e comemorando os 100 anos de nascimento de Enrique Pichon-Rivière, a Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG e a Fundação Gregório Barenblit / Instituto Félix Guattari farão uma sessão comentada do filme "12 Homens e Uma Sentença", de 1957. O Dr. Gregório Barenblit vai comentar o filme, e a sessão será no dia 5 de dezembro, quarta-feira, às 18h30. As vagas são limitadas; outras informações pelo (31) 2138-6767.

VII CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Tema: CONCRETIZAR DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realiza a cada 2 anos a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como base as Conferências Municipais, Estaduais e no Distrito Federal. Dias 03 a 06 de dezembro

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

Rua Timbiras, 1532 6º andar, Lourdes CEP: 30140-061 Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138-6767
e-mail: crp04@crp04.org.br www.crpmg.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

• Triângulo Mineiro - Uberlândia
Tel: (34) 3235-6765
e-mail: uberlandia@crp04.org.br

• Região Sudeste - Juiz de Fora
Tel: (32) 3215-9014
e-mail: sudeste@crp04.org.br

• Sul de Minas - Pouso Alegre
Tel: (35) 3423-8382
e-mail: sul@crp04.org.br

• Norte de Minas - Montes Claros
Tel: (38) 3221-7720

• Leste de Minas - Governador Valadares
Tel: (33) 3225-0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Rogério de Oliveira Silva
Conselheiro-presidente
Rodrigo Tôres de Oliveira
Conselheiro vice-presidente
Alexandre Rocha Araújo
Conselheiro-tesoureiro
Georgina Maria Veras Motta
Conselheira-secretária

Conselho Editorial:

Rogério Oliveira, Rodrigo Tôres e Gustavo Machala.

Diagramação, fotos e layout:
Ascom CRP-MG

Jornalista Responsável:
Gustavo Machala - MG 11780
ascom1@crp04.org.br

Redação:
Gustavo Machala - MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br

Estagiária: Janaína Rochido
comunica2@crp04.org.br

Tiragem: 20 mil exemplares

2007. Conferência Nacional - Participação de um número mínimo de (26) Delegados por Estado e Distrito Federal, de 03 a 06/12/2007. Local Brasília - DF. Organizadores CONANDA.

II ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO SANITÁRIO ENTRE OS DIAS 4 E 5 DE DEZEMBRO DE 2007. EM BRASÍLIA (DF)

As inscrições estão abertas para os interessados em participar do encontro. Local do evento: auditório da Faculdade de Direito da UnB, em Brasília - DF. Mais informações: <http://www.fiocruz.br/fiocruzbrasil-ia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=ends> Telefones (61) 3340-9826/3340-0467 E-mail: direito@fiocruz.br

II ENCONTRO CEARENSE DE PSICÓLOGOS DA SAÚDE MENTAL EM FORTALEZA (CE)

O Conselho Federal de Psicologia promove através do Crepop, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, o II Encontro Cearense de Psicólogos da Saúde Mental, com o tema "Resolutividade em Saúde Mental". O objetivo do encontro é aprimorar a atuação dos psicólogos na rede de atenção em saúde mental no Ceará.

Todos os Psicólogos e demais profissionais de Saúde Mental estão convidados a contribuir com os debates que se realizam dia dez de novembro de 2007 no Auditório Brilhante do Ocean Blue Flat, R. Ildefonso Albano, 222, Praia de Iracema, das 8h às 12h.

XII PLENÁRIO TOMA POSSE

Em cerimônia pública, realizada no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, no último dia 22 de setembro, tomou posse o XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. Eleito em agosto, o XII Plenário, que tem como presidente o psicólogo Rogério de Oliveira Silva traz como algumas de suas metas: tratar da questão da valorização das condições e das relações de trabalho do psicólogo, fortalecer as entidades de psicologia, como o Sindicato dos Psicólogos, investir na construção de referências para a atuação do psicólogo nas políticas públicas, investir nas relações entre a Psicologia e os Direitos Humanos, tratar da precarização do trabalho do profissional e do papel desempenhado pela profissão como fomentadora da cidadania no Brasil.

A idéia de realizar uma cerimônia pública deve-se à necessidade de aproximar o Conselho da sociedade, dando transparência e visibilidade para a categoria e para a profissão. Como aponta o vice-presidente eleito do XII Plenário, Rodrigo Tôres Oliveira, "a posse pública tem como objetivo principal dar visibilidade a um processo histórico e político, tornando conhecidos os agentes políticos, as propostas e os projetos para a Psicologia mineira. Com efeito, busca-se dessa forma uma política que esteja de fato voltada para a Psicologia e os psicólogos, dividindo com a categoria o compromisso com a gestão e com os projetos do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais".

A abertura do CRP para os psicólogos, buscando uma aproximação e uma participação maior é definida como prioridade dessa gestão. "A intensi-

ficação do projeto de interiorização da Psicologia e do Conselho e uma política de comunicação com a categoria e com a sociedade que tenha o alcance e a eficácia esperada é para nos também prioritária", completa Rodrigo.

Durante a cerimônia foram entregues os prêmios do concurso "Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia", promovido pelo CFP e do concurso "Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas", promovido pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais através do Centro de Referência de Políticas Públicas (CREPOP).

Em reconhecimento ao trabalho de todos os gestores que passaram pelos plenários do CRP-MG, desde 1974, data do primeiro plenário do CRP-MG, o Conselho prestou, também, homenagem a todos os presidentes da instituição na figura póstuma do professor Ruy Flores Lopes, primeiro presidente da entidade. A homenagem foi entregue aos familiares do professor, profa. Sonia Flores e as respectivas filhas, também presentes na cerimônia.

A mesa de abertura da cerimônia contou com a presença da representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do Governo Federal, Maria do Carmo Ferreira da Silva, do presidente do XI Plenário do CRP-MG, José de Almeida Guedes, da conselheira do CFP, Maria de Fátima Lobo Boschi, do desembargador Roney Oliveira, representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do presidente eleito do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2007/2010, Humberto Cota Verona.

Membros do XII Plenário

Adilson Rodrigues Coelho	Elaine M ^a do Carmo Zanolla	Marcelo Arinos Drummond
Alexandre Rocha Araújo	Fuad Kyrillos Neto	Maria Mercedes Merry Brito
Ana Clarice Augusto	Georgina Maria Veras Motta	Rejane Silveira Mendes
Ana Paula Reis	Hélcia M ^a da Silva Veriato	Rodrigo Dubtchek
Ângela Maria Oliveira	Isabela Tannus Grama	Rodrigo Tôres Oliveira
Anselmo Duarte	Jaciara Siqueira Coelho	Rogério de Oliveira Silva
Clerison Stelvio Garcia	João Carlos Vale	Sebastião Carlos Generozo
Daniel Augusto dos Reis	Julliana de Paula Medeiros	Simone Monteiro Ribeiro
Diana Ferreira	Keila Pires Amaro	Túlio L. Picinini Teixeira
Dinacarla Gonzaga Piermatei	Lourdes Aparecida Machado	Walkyria Sales



Ganhadoras do 1º lugar do Prêmio "Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas", categoria equipe: Betânia Gonçalves, Carolina Coelho, Daniele Caldas e Rebeca Gaetani.



Ganhadora do 1º lugar do Prêmio "Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas", categoria individual: Rosalina Martins Teixeira.

COF

CRENCIAMENTO DE CLÍNICAS NO DETRAN

O Governo de Minas Gerais, através do Decreto nº 44.546, de 20 de junho de 2007, regulamentou o credenciamento pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) de clínicas médicas e psicológicas para avaliação de candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Os psicólogos interessados no referido credenciamento terão a oportunidade de inserção na área, o que promoverá uma importante democratização das oportunidades de trabalho no setor. Nesse contexto, abre-se aos psicólogos um campo de atuação de grande importância no âmbito estadual - a Psicologia do Trânsito.

Esclarecemos que o sistema de prestação de serviço, anteriormente por permissão estendida há vários anos, passa a ser por credenciamento, renovável a cada seis anos. Esse credenciamento é inegociável, intransferível, exclusivo para uma área determinada, sendo vedada a instituição de filiais. Para os profissionais que cometerem irregularidades ou executarem serviço de baixa qualidade, a Legislação prevê as penalidades cabíveis, tais como: advertência, suspensão e cancelamento do credenciamento.

É imprescindível que os profissionais interessados observem a ética, busquem capacitação, atualização e informações sobre todas as diretrizes estabelecidas pelo DETRAN, CONTRAN e Conselho de Psicologia. Algumas normatizações deverão ser especialmente observadas pelos psicólogos mineiros que desejam atuar na área de avaliação psicológica para CNH, a saber: Decreto nº 44.546, de 10 de outubro de 2007; Resolução do CFP nº 12/2000; Resolução nº 80 /1998 do CONTRAN; Portaria nº 97.444 de 11 de outubro de 2007 do Departamento de Trânsito de Minas Gerais; além do Código de Ética Profissional do Psicólogo e outras legislações profissionais afins.

Com relação aos requisitos para o credenciamento dos psicólogos, citamos: Abertura de Pessoa Jurídica (PJ), sendo essa participação societária da clínica médica e psicológica e inscrição dessa PJ no CRP-MG. Quanto ao psicólogo, este deverá ter concluído o Curso de Perito Examinador de Trânsito, devidamente reconhecido pelo MEC, assim como estar com o seu registro regular no CRP e ter experiência mínima de um ano na área de avaliação psicológica.

Destacamos, também, que o psicólogo deve estar atento a diversos pontos importantes na prestação do serviço da Psicologia, tais como: ambiente adequado (sem vazamento de som, com boa higienização, ventilação e iluminação). Quanto à utilização de testes psicológicos, estes devem ser originais e estar na listagem dos testes psicológicos respaldados pelo CFP, que pode ser consultada no site www.pol.org.br, conforme Resolução CFP nº 02/2003.

Fotos: Robson Rodrigues

CRP-MG APRESENTA

ORÇAMENTO 2008

Em Assembléia Geral de psicólogos, realizada no dia 28 de setembro de 2007, no Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), deliberou-se acerca do orçamento 2008 e prestou-se conta de todas as atividades financeiras da Instituição neste ano. O evento, realizado anualmente, objetiva dar transparência para a Instituição frente a seu público alvo.

Na ocasião, foi apresentada a metodologia que dá origem ao valor da anuidade do CRP-MG para pessoa física e pessoa jurídica; listou-se as aquisições de equipamentos e investimentos feitos pela Autarquia em suas unidades setoriais e sede; e possibilitou um primeiro contato direto do XII Plenário com a categoria.

Na definição do Orçamento 2008 são observados três passos, que culminam com a definição de valores para as anuidades do CRP-MG. Num primeiro momento são definidos os gastos necessários para o funcionamento da máquina administrativa do Conselho (o chamado "custeio"); depois, são definidas as diretrizes estratégicas que serão orientadoras das ações do CRP-MG, o que envolve projetos, palestras, eventos e outras atividades; por fim, defini-se a Política de Anuidade e Investimento que proporcione a realização dos dois passos anteriores.

As anuidades de 2008, que são calculadas para dar suporte financeiro ao valor total estimado para custeio e investimentos em função do número de inscritos no CRP-MG -descontados os inadimplentes (que chegam a 27%)-, ficaram definidas no valor de R\$280,59, para pessoa física, e R\$378,60, para pessoa jurídica (descontados R\$3,50 em cada uma delas que são direcionados para o Fundo Seção). Esse valor de anuidade corresponde a um aumento real de 6%, pois os valores utilizados nesse cálculo (previsão de custeio administrativo da Instituição para o próximo ano e investimentos a serem realizados, baseados nos valores atuais) são reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo -calculado pelo IPEA e utilizado pelo Banco Central em sua avaliação da inflação-, que está projetado em 4%.

O pagamento das anuidades poderá ser feito de quatro formas:

1. Integral com desconto de 10% até 31/01/2008
2. Integral com desconto de 5% até 28/02/2008
3. Integral sem desconto até 31/03/2008
4. Três parcelas sem desconto.

CONSOLIDADO RECEITAS/DESPESAS	
<i>Receitas Diversas</i>	
Divida Ativa (Recebimento Líquido)	500.000,00
Fundo Seção - R\$ 3,50	51.060,89
Poupança	80.000,00
2º Via Carteira	10.000,00
Taxa Inscrição	33.585,78
Receitas Diversas	674.646,67
Receita Disponível de Anuidades	3.916.886,06
Receita Disponível Total (Receitas Diversas + Receita Disponível de Anuidades)	4.591.532,73
Custeio Total	
Plenário	4.245.806,65
Diretoria	205.035,02
Comissões	26.400,00
Repasse ao Conselho Federal	74.500,00
Folha de Pagamento	1.166.178,85
Escritório de Belo Horizonte	1.774.142,67
Escritório de Juiz de Fora	791.806,42
Escritório de Uberlândia	43.790,00
Escritório Pouso Alegre	43.952,95
Escritório Montes Claros	22.914,24
Escritório de Governador Valadares	27.049,44
Orientação e Fiscalização	29.544,00
Receita Disponível Menos Despesa de Custeio	345.726,08
Investimento	
Gestão da Informação	144.749,00
Gestão de Pessoas	30.189,00
CREPOP	20.000,00
Comunicação Institucional	20.000,00
Halley Bessa - Aquisição de acervo.	60.000,00
Ações Para a PSICOLOGIA	14.560,00
Ações da Profissão e Sociedade - Incremento da profissão	200.977,08
Protagonismo Social - Apoio a Entidades Parceiras	140.000,00
Resultado Final	60.977,08
	(0,00)

ÉTICA

A partir dessa coluna falaremos das modalidades de documentos resultantes de Avaliação Psicológica, que são: a declaração e o atestado psicológico, o relatório ou laudo psicológico e o parecer psicológico. Nesta coluna vamos tratar dos dois primeiros documentos.

A declaração psicológica tem como função informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas com o atendimento psicológico. Ela pode declarar o comparecimento do atendido e seu acompanhante, afirmar ou dizer "fulano encontra-se em atendimento psicológico" ou informar quem é que está em atendimento, por quanto tempo e em que dias e horários. É importante ressaltar que uma declaração psicológica não contém registros sobre o conteúdo do atendimento - em uma declaração não deve constar, por exemplo, sintomas, situações gerais vividas pelo atendido ou estados psicológicos.

Existe uma estrutura mínima de declaração, que é a seguinte: deve ser emitida em papel timbrado, ou deve ter uma subscrição ou carimbo do psicólogo - nesse carimbo deve constar o nome e o sobrenome do psicólogo e o número da inscrição no seu Conselho Regional. A declaração ainda deve conter o nome e o sobrenome de quem pede a declaração e qual a finalidade do documento. A declaração deve ser assinada com o registro do local e data de expedição do documento e, no final, mais uma vez, o nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP e/ou carimbo com as mesmas informações. É importante frisar que esse documento não tem validade sem a assinatura do profissional, acima de sua identificação.

A segunda modalidade de documento psicológico de que vamos tratar é o atestado psicológico. Esse é um documento que visa certificar uma determinada situação ou estado psicológico do atendido. O atestado psicológico só pode ser emitido com relação aquela pessoa que faz a solicitação pessoalmente. A primeira finalidade desse documento é justificar falta ou impedimento do solicitante a partir de alguma condição ou situação psicológica. A segunda, é justificar ou dizer que alguém está apto ou inapto a alguma atividade específica; logicamente, esse impedimento deve estar fundamentado em um processo anterior de avaliação psicológica. A última finalidade é solicitar o afastamento ou a dispensa do solicitante de alguma atividade. Para essa terceira função é necessário recorrer ao conteúdo da Resolução 015/96, que determina que o psicólogo indique em seu atestado a causa do afastamento da pessoa por ele atendida. Essa causa deve estar identificada em alguma fonte para enquadramento de diagnóstico; normalmente, a mais utilizada é o CID (Código Internacional de Doenças), mas também podemos citar o DSM-4.

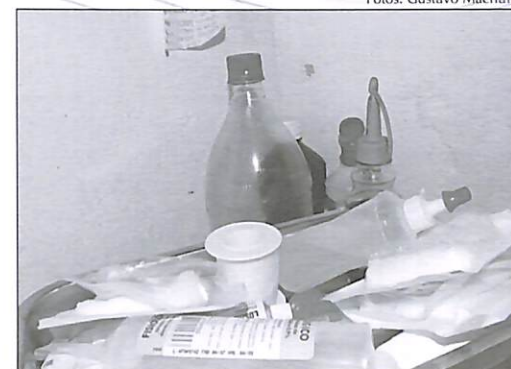
No caso da emissão do atestado, o psicólogo fica obrigado a manter em seu arquivo a documentação técnica que o fundamenta e registrar as situações decorrentes da emissão do mesmo. Ou seja, o atestado guarda em si uma continuidade do acompanhamento do atendido. O atestado também deve ser emitido em papel timbrado ou apresentar a subscrição, da mesma forma que a declaração. Deve conter o nome e o sobrenome do cliente, qual a finalidade do documento, as informações acerca do sintoma, situação ou condições psicológicas que justifiquem o atendimento, afastamento ou falta, devendo ser registrado o CID. O atestado também deve conter o local e data de sua expedição, nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP ou carimbo com as mesmas informações e, finalmente, a assinatura do profissional.

A estrutura do atestado tem uma particularidade: todo o texto deve ser corrido, ou seja, só pode ser utilizada a pontuação, sem parágrafo. Isso é feito a fim de evitar alterações do atestado - assim, não se deve deixar espaços em branco. Se um parágrafo for usado, o psicólogo deve preencher esse espaço com um traço, para que nada possa ser escrito ali.

Na próxima coluna, trataremos dos aspectos referentes ao relatório psicológico e, oportunamente, da questão do parecer psicológico.

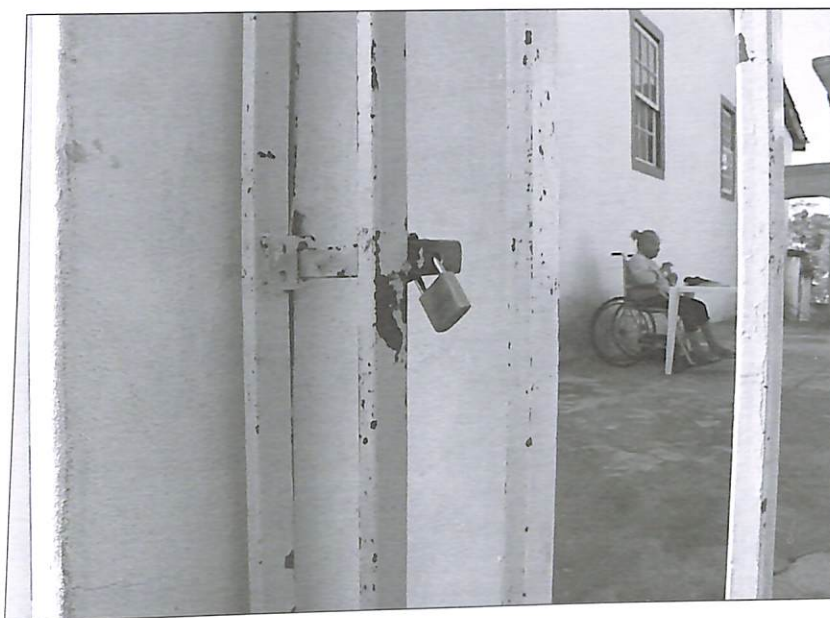
CRP-MG FAZ VISITA DE FISCALIZAÇÃO A ASILOS

Em visita técnica, acompanhada de representantes do Conselho Regional de Assistência Social e da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, a dois asilos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, CRP-MG constata irregularidades e problemas. Abaixo, algumas fotos da ação:



Fotos: Gustavo Machala

Os dois asilos visitados apresentavam condições inadequadas para o atendimento dos idosos: entulho próximo ao local de convivência, remédios mal armazenados, ausência de profissionais capacitados, instalações elétricas expostas e alimentos mal condicionados. Muitos idosos, ao relaterem sua vivência nos lares, choraram e lamentaram a ausência de parentes. O relatório produzido pelo CRP-MG será compilado, juntamente com relatórios de visitas feitas em todo o país, e formará um grande relatório nacional, a ser produzido pelo Conselho Federal de Psicologia e posteriormente publicado.



Alguns idosos encontravam-se amarrados às cadeiras. De acordo com representantes dos asilos, isso é feito para a segurança dos mesmos, para que não caiam dos assentos. Em um dos asilos, o portão de entrada encontrava-se trancado, e foi informado que os idosos não podem deixar o local sem autorização da direção.

REELABORANDO ESPAÇOS E

Participação de psicólogos nos serviços substitutivos vêm transformando a saúde e a profissão

João, morador de hospital psiquiátrico em Barbacena por mais de 40 anos, sempre quis ser garçom. Seu desejo não teria sido realizado não fosse a mudança de paradigma no atendimento aos portadores de sofrimento mental que vem sendo implementada no Brasil, pela Reforma Psiquiátrica, nas últimas décadas. "A lógica de tratamento no Brasil era hospitalocêntrica, mas nós [trabalhadores da saúde e políticos] invertemos isso", explica Flávia Denise Barbosa Vasques, psicóloga que trabalha junto à Coordenação de Saúde Mental de Barbacena, Minas Gerais.

A Reforma Psiquiátrica, iniciada, no Brasil, na segunda metade dos anos 70, consiste nesse deslocamento progressivo do centro de cuidado para fora dos hospitais em direção à comunidade e foi impulsionada pelo movimento em prol dos direitos humanos, as condições precárias dos hospitais e o surgimento dos psicofármacos. No entanto, foi só a partir da Constituição de 1988, e da Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, que cria o Sistema Único de Saúde (SUS), que o atendimento à saúde brasileiro passa a se orientar, oficialmente, pela lógica da "promoção da saúde" e não pelo "combate às doenças", promovendo a saúde como um direito essencial e público.

Uma das estratégias essenciais para essa descentralização são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que surgiram no Brasil na década de 80 e ganharam uma linha específica de financiamento, através do Ministério da Saúde, a partir de 2002, quando é lançada a portaria GM 336, de 19 de fevereiro de 2002, que regulamenta os CAPSs, antes conhecidos como CERSAMs (Centros de Referência em Saúde Mental). Juntamente com outros serviços substitutivos, os CAPSs integram a rede SUS.

Os CAPS têm se tomado um espaço privilegiado de trabalho do psicólogo, que pode atuar junto aos pacientes ou mesmo na coordenação e gestão do sistema. No campo da gestão, dados preliminares da Coordenação Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais, em visita de caráter educativo a 105 CAPS do Estado, apontam que, aproximadamente, 53% dos profissionais atuando na gerência de CAPSs são psicólogos.

O trabalho na gerência, como observa Mônica Eulália da Silva, que trabalha na coordenação de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSI) em Betim, é um desafio para o psicólogo: "Não me formei para isso, mas estou aprendendo. Estou sempre atendendo os pacientes para poder ter um olhar mais clínico, para não ficar muito objetiva e centrada na gestão". Esse aprendizado constante é confirmado por Flávia Vasques, que trabalha há 12 anos na Saúde Mental: "Acompanhei todo o processo da Reforma Psiquiátrica. Tive que aprender essa lida".

Buscando a multidisciplinaridade

"Nosso trabalho não é fácil; é um exercício cotidiano", informa Mônica, explicando que as atividades, nos CAPSs, são realizadas sempre em caráter multiprofissional: "Todos os profissionais passam pelos dispositivos clínicos. Fazemos plantão, acolhemos urgências, coordenamos os dispositivos". Essa diversidade de olhares encontra um ponto de convergência nas reuniões de equipe, nas quais são discutidos os casos e busca-se uma modulação do atendimento, com vistas a observar a singularidade de cada paciente.

Mas o que explicaria a grande predominância do psicólogo

nos CAPS? Para a psicóloga Rosa Vasconcelos, gerente do CAPS da Regional Noroeste do município de Belo Horizonte, que fica na Rua Padre Eustáquio, 1875, "por ter uma formação que privilegia a escuta, o psicólogo vem ao encontro do serviço dos CAPS, mas", ressalta ela, "seu trabalho é tão importante quanto o de qualquer outra categoria". "Nós tentamos construir uma equipe de trabalho, cada um com seu saber ajuda a construir o serviço", enfatiza.

Acúmulo de funções e má-remuneração

Um dos problemas enfrentados por muitos municípios analisados pelo levantamento da Coordenação Estadual de Saúde Mental é o acúmulo de funções. Grande parte dos profissionais que atuam em gerência são também os coordenadores de saúde mental do município e, não raro, também têm que atuar junto aos pacientes.

Rosa Vasconcelos, que gerencia o CAPS Noroeste há 11 anos, aponta como um outro problema o fato de que o gerente do CAPS acaba por ter que se envolver em diversas questões, desde problemas técnicos até problemas administrativos. "É preciso repensar o quadro de serviços no CAPS. O gerente executa um trabalho sobre-humano", adiciona a psicóloga. Rosa salienta ainda que "pela qualidade do serviço prestado e pelos profissionais de altíssimo nível que compõe o serviço", a remuneração desses profissionais é muito ruim.

Transformando a profissão

O período que compreende a implantação e a construção dos serviços substitutivos no Brasil corresponde também a um momento de transformação da Psicologia brasileira, que deixa de ser uma psicologia muito voltada para o atendimento clínico e passa a se dedicar às causas sociais e comunitárias, exigindo outras estratégias, outras teorias e uma transformação do trabalho do psicólogo.

A psicóloga Flávia Denise, coordenadora de saúde mental de Barbacena, acredita que os psicólogos mudaram muito com essa transformação dos serviços de saúde, mas, para ela, é preciso que os currículos universitários acompanhem essas transformações. "No CAPS não dá para fazer terapia. É um lugar de urgência e alguns psicólogos têm dificuldade de fazer isso, principalmente os mais antigos, que tendem a ambulatorizar os CAPS. Nós fomos formados assim, mas no CAPS os atendimentos não podem ser a portas fechadas; é preciso atender em grupo", aponta Flávia, que acredita que lidar com a Saúde Pública é diferente do atendimento clínico.

A conselheira do CRP-MG, Lourdes Aparecida Machado, que trabalha junto à Coordenação Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais, enfatiza a posição singular do psicólogo em seu trabalho junto aos pacientes dos serviços substitutivos. Para ela são os usuários quem devem dar o tom do papel do psicólogo. "É preciso escutar a demanda do usuário à luz dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Deve ser uma escuta diferenciada e para além do acolhimento, que dê conta da singularidade da fala desse usuário, de sua subjetividade." Outro ponto apontado pela conselheira é de que, além da escuta diferenciada, os psicólogos, e também os outros profissionais do CAPS, devem buscar fomentar os vínculos e a inserção social, além de ampliar as atividades coletivas.

É também nessa linha que a psicóloga Rosa Vasconcelos

percebe o papel do psicólogo na reinserção dos usuários: "É preciso ampliar a circulação dos usuários, desmistificar a situação do portador de sofrimento mental". Rosa acredita que muitas pessoas não percebem que as questões experimentadas pelos portadores de sofrimento mental não estão fora das outras questões do País e, segundo ela, são poucas as políticas públicas que se posicionam sob esse viés.

CAPS em funcionamento

Algumas das principais funções dos CAPS são: a) prestar atendimento em regime de atenção diária; b) gerenciar os projetos terapêuticos oferecendo cuidado clínico eficiente e personalizado; c) promover a inserção social dos usuários através de ações intersectoriais que envolvam educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, montando estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas. d) organizar a rede de serviços de saúde mental de seu território; e) dar suporte e supervisionar a atenção à saúde mental na rede básica, PSF (Programa de Saúde da Família), PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde); f) manter atualizada a listagem dos pacientes de sua região que utilizam medicamentos para a saúde mental.

As atividades mais comuns nos CAPS são o atendimento a grupo de familiares, a orientação, o atendimento psicoterápico e as atividades comunitárias. Todas essas atividades visam a inserir os pacientes na vida da comunidade, possibilitando que voltem para a casa todos os dias e ajudando-os na busca de autonomia. De acordo com a cartilha do Ministério da Saúde, "Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial", de 2004, o objetivo principal do CAPS é "dar um atendimento diuturno às pessoas que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes, num dado território, oferecendo cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias".



O CAPS Noroeste, em BH, atende cerca de 60 usuários por dia.

TRANSFORMANDO A PROFISSÃO

A palavra em prol da reinsersão

No CAPSI de Betim, os usuários reúnem-se em assembleias nas quais discutem o seu cotidiano no Centro e em casa. Lá eles podem fazer apontamentos e decidir, a partir de um consenso no grupo, quais as atividades gostariam de realizar. Uma das atividades possíveis é chamada de "Circulando pela Cidade", na qual os usuários têm oportunidade de conhecer diversos lugares do bairro, da região ou do município. São eles próprios quem decidem onde, como, quando e quanto tempo vão gastar na atividade. Após decidirem e planejar tudo, as atividades são realizadas em companhia de um técnico de referência.

Moradias para a cidadania

Parte do sucesso na desinstitucionalização de pacientes deve-se às "residências terapêuticas". As residências terapêuticas são moradias, capazes de abrigar até oito pessoas, que servirão de casa para egressos de hospitais psiquiátricos. De acordo com o texto produzido pela "Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde mental: 15 anos depois de Caracas", realizada em 2005, as residências terapêuticas "devem ser capazes em primeiro lugar de garantir o direito à moradia das pessoas egressas de hospitais psiquiátricos e de auxiliar o morador em seu processo - às vezes difícil - de reintegração na comunidade".

Essa reinsersão é financiada pelo mesmo dinheiro que antes concentrava os pacientes nos hospitais psiquiátricos e por um auxílio-reabilitação de R\$ 240 oferecido aos pacientes vinculados ao programa "De Volta para Casa". Para ter direito ao benefício, a pessoa deve ser egressa de Hospital Psiquiátrico, ou de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, e ser indicado para inclusão em algum programa de reintegração social do município. Cento e oitenta pessoas estão inscritas no programa da cidade de Barbacena, que conta, hoje, com 25 residências terapêuticas. Dessas 180 pessoas, sete já voltaram para a casa da família, o que mostra o sucesso da reabilitação psicossocial realizada. Os egressos são auxiliados, nas moradias, por um técnico de referência (3º grau) e cuidadores.

Centro de Convivência: Incluindo pela Cultura

A inclusão social de pessoas com sofrimento mental é um desafio constante dos serviços substitutivos inseridos na dinâmica da Reforma Psiquiátrica. Uma das estratégias inovadoras na execução desse objetivo são os Centros de Convivência e Cultura.

Os Centros são locais que oferecem às pessoas com transtornos mentais espaços de sociabilidade, produção cultural e intervenção na cidade. Como aponta a "Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde mental: 15 anos depois de Caracas": "os Centros de Convivência e Cultura não são equipamentos assistenciais e tampouco realizam atendimento médico ou terapêutico". Seu objetivo principal é facilitar a construção de laços sociais através da inserção dos usuários no campo da cultura. Juntamente com outros serviços substitutivos, os Centros de Convivência e Cultura vêm se mostrando uma alternativa inteligente e viável para desinstitucionalização de portadores de sofrimento mental.

Psicologia Hospitalar

Entre o objetivo e o subjetivo

A inserção dos psicólogos nos hospitais gerais

"Aquilo que se passa no corpo, que é uma crise objetiva, pode se transformar em uma crise subjetiva. É por isso que o atendimento psicológico em hospitais é urgente e precisa ser feito". É nesses termos que a professora e psicóloga, Sandra Seara Krueel, define a importância da Psicologia Hospitalar, que pode ser definida como o campo do entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento. O atendimento pode ser breve, em local aberto e público ou, até, junto ao leito e várias vezes ao dia, mas sua importância é permitir que o paciente verbalize seu sofrimento: "Os sujeitos são constituídos de fala e é por isso que precisam se posicionar acerca do que lhes aconteceu", explica Sandra.

A inserção do psicólogo nos hospitais gerais não é recente e remonta a um período anterior à regulamentação da profissão no Brasil. No entanto, sua presença estável e significativa no ambiente hospitalar só se deu com a mudança mais ampla da configuração do campo profissional a partir dos anos 90. Anteriormente, os profissionais eram atraídos principalmente pela atividade clínica, como comprova o fato de que, nos anos 70, no Estado de São Paulo, 80% dos profissionais trabalhavam nessa área, de forma exclusiva ou não.

Se antes era a clínica que definia a profissão, atualmente, já nos órgãos formadores, os estudantes são preparados para uma atuação diversificada e aprendem metodologia própria a cada área da Psicologia. Uma novidade, também, são os cursos de especialização em Psicologia Hospitalar, como o curso oferecido pela Clínica de Psicologia e Psicanálise do Hospital Mater Dei, que funciona a cerca de 10 anos. De acordo com Léa Mohallem, vice-coordenadora da Clínica, o Hospital Mater Dei, que conta com 13 psicólogos, vem apostando na inserção do psicólogo no seu espaço desde 1978 e a especialização, oferecida lá no hospital, colabora na formalização teórica desse trabalho. O grupo do Hospital Mater Dei já teve vários livros publicados e edita um periódico semestral de nome "Epistemo-Somática", no qual são abordadas questões da Psicologia Hospitalar e sua interface com a Psicanálise.

No início da Psicologia Hospitalar - e até hoje, em muitos casos -, os psicólogos não eram contratados pelos hospitais e atendiam apenas após indicação médica, a chamada "interconsulta". Atualmente, o campo já tem muitas de suas áreas definidas por lei, como a presença dos psicólogos em UTIs e nos serviços de hemodiálise. Porém, como sustenta Sandra Seara, a conquista desse espaço nos hospitais gerais se deveu -além da modificação da própria Psicologia- também, ao fato de que a presença dos psicólogos "diminuiu os custos" das unidades hospitalares: "Eles estavam preocupados com o lucro; mas isso foi superado", completa a professora.

Um dos problemas enfrentados pelos profissionais

psicólogos, não só nos hospitais, é o reduzido número de planos de saúde que cobrem as consultas psicológicas. Muitos atuam, nos hospitais, como profissionais liberais e têm que oferecer seu trabalho aos pacientes, dependendo, muitas vezes, de um "tratamento efetivo" para ter retorno financeiro.

A entrada dos psicólogos nos hospitais gerais foi inicialmente pela pediatria, seguida pelo pré e pós-operatório, indo até o trabalho com os doentes crônicos. Mas há espaço para os psicólogos nos pronto socorros, no atendimento aos politraumatizados e na formação e atualização dos outros profissionais da saúde que atuam no hospital.

Para Clerison Stelvio Garcia, conselheiro do CRP-MG, a estratégia da Psicologia Hospitalar é "tratar o adoecimento no simbólico, através da subjetividade, reposicionando o indivíduo em relação à doença". Clerison acredita que existam duas tríades norteadoras do trabalho do psicólogo nos hospitais: "a tríade de ação: doença- internação -tratamento e a tríade de relação: paciente-família- equipe de saúde".

Somando esforços, mas nem sempre ganhando o mesmo

O trabalho do psicólogo em hospitais é sempre um trabalho feito multidisciplinarmente. "A entrada do discurso do psicólogo no hospital é a entrada do subjetivo nesse espaço", diz Sandra Seara. "A atuação conjunta com a equipe de saúde é muito rica quando possibilita ao paciente ser atendido em seus aspectos subjetivos e concretos, sem que seja fragmentada por cada profissional, oferecendo a ele também uma outra escuta para seus sofrimentos", complementa Clerison. Esse trabalho conjunto pode acontecer na discussão de casos, através de estudos conjuntos, no dia-a-dia dos corredores dos hospitais ou mesmo em congressos.

No entanto, o espaço igualitário no campo do discurso nem sempre se reflete em isonomia salarial. "A isonomia salarial de profissionais de nível universitário nem sempre é conseguida", afirma Sandra Seara.

Embora não existam pesquisas a respeito da isonomia salarial nos hospitais gerais, dados do Observatório de Recursos Humanos em Saúde, da UFMG, no 1º Censo de Recursos Humanos da Atenção Primária do Estado de Minas Gerais 2006, feito com profissionais da atenção básica do Estado, revelam que as diferenças salariais entre profissionais de nível universitário é muito grande. Enquanto 3,4% dos médicos ganham entre R\$4000 e R\$5000, apenas 0,5% dos psicólogos e 0,9% dos enfermeiros chegam a esse patamar. Grande parte dos psicólogos ficam na faixa de salários que varia entre 500 e dois mil reais, o que corresponde a 61,7% do total de profissionais; dos médicos, apenas 43,8% ficam nessa faixa salarial.

COMISSÕES TEMÁTICAS DO CONSELHO

Conheça as comissões temáticas do CRP-MG e participe!

COMISSÃO DE ÉTICA

Comissão composta por conselheiros e psicólogos convidados, responsável por zelar pelo cumprimento do Código de Ética do Psicólogo e apurar as infrações e reclamações acerca de possíveis faltas éticas. O trabalho da Comissão de Ética é sigiloso, a fim de resguardar o profissional; qualquer parecer é divulgado somente após a sentença e em caso de condenação. Para o próximo ano, um dos planos é oferecer às instituições de ensino e professores oficinas sobre ética profissional, trabalhando as questões que aparecem com mais frequência no CRP-MG.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

A CDH discute em seus encontros a responsabilidade do psicólogo com a defesa dos Direitos Humanos, como discriminação de gênero, etnia, orientação sexual, violência contra a criança, o adolescente e a mulher, a questão da saúde mental, mídia e subjetividade. Além de pautar suas ações no eixo definido pelo Conselho Federal de Psicologia e em suas próprias questões, a CDH também age baseada em demandas de outras entidades e movimentos sociais que atuam nessa área. Qualquer pessoa - psicólogo ou não - pode juntar-se à comissão.

COMISSÃO DE PSICÓLOGOS DO TRABALHO E ORGANIZACIONAL

O objetivo da comissão é o fortalecimento da profissão quanto à Psicologia do Trabalho e

da Psicologia Organizacional. A visão do fazer do psicólogo dentro da organização ainda é muito restrita - dessa forma, faz-se necessário ampliar estes horizontes, inclusive trabalhando de forma interdisciplinar com profissionais da Administração, Engenharia, Medicina e outras. A CPTO é uma comissão aberta a todos os psicólogos interessados.

COMISSÃO DE FORMAÇÃO E ANÁLISE DO TÍTULO DE ESPECIALISTA

Essa é uma das comissões recém-criadas no CRP-MG. O cerne de suas discussões será a preocupação com a grade curricular das faculdades, com os cursos de aperfeiçoamento, aprimoramento e especialização. O trabalho desse grupo também vai auxiliar na questão da formação clínica versus a formação voltada para a Saúde Pública, que tem estado muito presente nos debates dentro das instituições de ensino superior.

COMISSÃO DE MOBILIDADE HUMANA E TRÂNSITO

O norte da CMHT são as questões que envolvem os espaços das cidades, as condições das pessoas em suas atividades diárias e as complicações que derivam disso, como o stress e as fobias. A análise dos papéis que cada um assume no trânsito dependendo de sua posição (pedestre, motorista, etc) também está na pauta, além da questão da acessibilidade e da educação para o trânsito, um campo novo para a Psicologia. As reuniões da CMIH são abertas

não só a psicólogos, mas a qualquer pessoa interessada nessas questões.

COMISSÃO DE PSICÓLOGOS DA SAÚDE

Esse grupo discute as políticas de saúde nas quais o psicólogo se envolve: saúde mental, psicologia hospitalar, psico-oncologia, CAPS e psicologia de urgências, como no caso de acidentes de grandes proporções, por exemplo. Os eixos centrais da CPS são determinados pelas teses do Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e pela carta programa da XII Plenária do CRP-MG. A comissão é aberta a toda a população, psicólogos ou não, e também debate sobre demandas oriundas do Conselho Federal de Psicologia ou do contexto social.

COMISSÃO DE PSICÓLOGOS DA EDUCAÇÃO

Outra comissão criada recentemente no Conselho, visando aos psicólogos envolvidos com o trabalho nas escolas (Psicologia Escolar) e na educação para outros setores e públicos, por meio da educação para a saúde, para populações de rua, etc. Uma outra pauta a ser vista por esta comissão é o ensino de Psicologia no Ensino Médio, além da educação de uma forma mais ampla, fora da escola, de modo a fortalecer e melhorar as relações sociais.

*Para ter mais informações, saber os horários e participar, consulte o site do CRP-MG:
www.crpmg.org.br*

REPÚDIO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Senadores respondem positivamente a ofício contra a Redução da Maioridade Penal enviado pela Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG.

Após receberem do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais um ofício de repúdio a aprovação da Redução da Maioridade Penal na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, enviado em seis de agosto de 2007 pela Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG, diversos senadores responderam positivamente às constatações e propostas apresentadas por esse Conselho.

No ofício, o CRP-MG manifestou-se contrário a qualquer "tentativa ou manobra pela Redução da Maioridade Penal bem como de aumento do tempo de internação para os

adolescentes em conflito com a lei, baseada numa visão exclusivamente punitiva, assentada num intuito consciente ou inconsciente de se vingar com ódio e também prazer daqueles adolescentes que cometem atos infracionais violentos". Ao ofício foram anexados diversos artigos e reportagens contrárias ao projeto e, também, uma publicação do Conselho Federal de Psicologia que apresenta a situação dos centros de internação de menores em todo o País.

O CRP-MG defende o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a implementação efetiva do SINASE (Sistema Nacional de

Atendimento Sócio Educativo), a aprovação do Projeto de Lei de execução das medidas socioeducativas, o aumento das vagas da Semi Liberdade, a intensificação na aplicação das medidas em meio aberto, o fim da reprodução do modelo carcerário na privação da liberdade de adolescentes em conflito com a lei, os programas de apoio às famílias e de geração de renda, o aumento da destinação de recursos para efetivação do ECA e das políticas de proteção e amparo à infância e à adolescência.

Junte-se à nossa luta contra a Redução da Maioridade Penal.

REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica é uma prática exclusiva do trabalho do profissional psicólogo. Este, ao empreendê-la, busca informações, analisa e compreende a dinâmica de funcionamento dos processos psíquicos e do comportamento, considerando, para tanto, os conhecimentos da psicologia e a integralidade do ser humano, em prol de responder eticamente a perguntas e subsidiar decisões em diversos âmbitos, tais como: o jurídico, o escolar, o hospitalar, o clínico, do trabalho, do trânsito, do esporte, dentre outros.

Ressalta-se, além disso, que a avaliação psicológica não é um procedimento fácil e mecânico de dar respostas imediatas, mas surge como um processo complexo que deve envolver uma relação humana de confiança e sigilo entre psicólogo e cliente, que precisa estar fundamentada numa base teórica consistente e numa qualificação adequada do profissional. Este deverá considerar as dimensões relacionais envolvidas, trabalhar com o cuidado de não causar nenhum dano ao avaliado, avaliar as consequências legais que um resultado pode causar, pois este não pode ser utilizado como um instrumento de segregação. Logo, a avaliação psicológica deve se abrir para compreender sua contribuição social, pois a partir dela, pode-se planejar intervenções e realizar encaminhamentos de forma mais apropriada, tendo em vista a promoção da saúde e benefícios para as pessoas e toda a sociedade.

Em termos conceituais, de acordo com a Resolução CFP nº 007/2003, "a Avaliação Psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos". Dessa forma, ela não pretende apenas concluir sobre as condições psicológicas de um sujeito, mas também avaliar suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais. Isso se faz necessário uma vez que os resultados de uma avaliação têm como finalidade "servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica".

A avaliação não é simplesmente uma coleta ou descrição de informações, mas um processo científico, que deve se apoiar em dados empíricos, embora nem sempre controláveis, sendo efetuada de acordo com os sistemas de representação conceitual com que se trabalha.

Os instrumentos psicológicos usados permitem a objetivação das teorias psicológicas. A Resolução CFP nº 02/2003 estabelece critérios para validação destes pelo CFP, delimitando os requisitos mínimos que devem possuir para serem reconhecidos como testes psicológicos e possam ser utilizados pelos profissionais da psicologia. A listagem com os testes avaliados pelo Conselho pode ser acessada no site www.pol.org.br, no link SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos) e deve ser consultada pelo profissional sempre que for utilizar um teste psicológico. No caso de utilização destes, é importante lembrar que o psicólogo, a fim de obter um resultado fidedigno do teste utilizado, deve seguir os procedimentos de aplicação e correção contidos no manual do mesmo, bem como respeitar as condições nas quais o teste deve ser aplicado, tais como ambiente físico adequado à aplicação e

ambiente psicológico favorável, que significa uma atmosfera em que a ansiedade do testando seja reduzida ao mínimo.

Convém ressaltar, nessa discussão, a diferença entre avaliação psicológica e teste psicológico. O teste é um instrumento psicológico inserido numa avaliação psicológica. Esta é um processo mais amplo, que abarca a utilização de diversos métodos e técnicas psicológicas, podendo estar incluída a utilização de testes. Além disso, para ser efetuada uma avaliação psicológica adequada devem estar inseridas várias técnicas e instrumentos, a fim de auxiliar na elaboração mais completa e integrada de informações.

Recebemos no setor de Orientação e Fiscalização do CRP-MG psicólogos que solicitam orientação a respeito da avaliação ou elaboração de documentos decorrentes desta. Elucidamos que o resultado de uma avaliação não pode se basear diretamente nas informações trazidas pelo avaliado, sendo simplesmente a reprodução da fala do cliente/paciente. Esse equívoco realmente desconstrói o sentido e a importância de todo o processo. Ao contrário, deve haver uma interpretação científica, o que, de fato, expressa o fazer do psicólogo e seu diferencial. O profissional que tiver dúvidas a respeito deste tema deve procurar formas de se capacitar e os meios, para tanto, são diversos: supervisão adequada, estudo, orientação junto a este Conselho, dentre outras. Informamos inclusive que a porcentagem de orientação sobre avaliação psicológica e produção de documentos decorrentes desta corresponde a 17,75% da demanda de orientação neste Conselho. Quanto a um breve histórico, nas décadas de 20, 30 e 40, no Brasil, a avaliação psicológica se resumia à aplicação de testes psicológicos, que eram usados na psicologia aplicada, na educação, nos serviços de seleção de pessoal, nos exames psicotécnicos de motoristas e no sistema judiciário. As avaliações psicológicas nas décadas de 70 e 80 sofrem forte queda de prestígio, juntamente à ínfima produção científica da época. Nesse contexto, o pensamento humanista questiona as idéias tecnicistas e critica aos modelos de avaliação da cultura norte-americana.

Na década de 90, percebemos que a avaliação psicológica ganha mais força e respeitabilidade, graças ao trabalho de profissionais comprometidos com seu desenvolvimento. Uma vasta bibliografia foi produzida a partir desse movimento de revitalização. Em novembro de 2000, foi realizado pelo Sistema Conselhos o I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica e foi indicado no evento a necessidade de avaliar os testes psicológicos em uso no Brasil, o que gerou a criação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Este tem como objetivo aprimorar os instrumentos e procedimentos técnicos de trabalho dos psicólogos, propondo uma revisão periódica das condições dos métodos e técnicas utilizados nas avaliações psicológicas, a fim de garantir serviços com qualidade técnica e ética à população usuária e fortalecer também a imagem social do psicólogo.

Destacamos que emergiu um movimento mais sistematizado em torno da avaliação psicológica a partir dos laboratórios em universidades, que tratam do ensino, pesquisa e aplicação de conhecimentos na área. Temos assistido ao desenvolvimento desses laboratórios, interessados no processo de validação e normatização de instrumentos de avaliação psicológica para a população brasileira, assim como

na criação de novos instrumentos. Nesse sentido, a avaliação psicológica se apresenta como relevante área da psicologia, considerando seu caráter propulsor no cenário de desenvolvimento da ciência psicológica desde sua formação como campo de conhecimento até a atualidade. Evidenciamos, a cada ano, um aperfeiçoamento da produção científica expressa na multiplicação de pesquisas sérias, assim como o aumento de discussões, comissões temáticas, seminários, congressos que tratam do tema e de seus avanços, sendo um importante passo para troca de experiências na área e capacitação.

Não devemos desconsiderar que cada avaliação é única e deve ser conduzida com toda nossa escuta e respeito. Ela deve ser realizada com qualidade, do ponto de vista técnico, ético e científico, estando respaldada em princípios teóricos e técnicos sólidos da psicologia, assim como estar em observância a toda a Legislação Profissional, incluindo o Código de Ética Profissional do Psicólogo e as demais Resoluções do CFP e CRP's, e cabe também acrescentar outras Legislações afins. Esse procedimento ético evita o risco de cairmos numa perigosa simplificação e redução do processo, no atropelo da interpretação e no empobrecimento da devolução, da intervenção e da contribuição.

Portanto, devemos constantemente refletir sobre nossa formação, buscar uma incessante qualificação, em razão de atender efetivamente às demandas sociais, nos questionando sobre a melhor forma de avaliar, sobre a necessidade de uma escolha criteriosa dos instrumentos, de acordo com o contexto e a particularidade de cada caso, a melhor forma de oferecer aos solicitantes e avaliados as devoluções cabíveis e quais encaminhamentos se farão necessários de posse dos dados obtidos, que são preciosos e confidenciais.

Em suma, as avaliações em todas as áreas são importantes e merecem um olhar renovado, interessado e a escuta aguçada do psicólogo que se sinta capacitado para realizá-la, para que essa avaliação alcance seu objetivo primordial, que é contribuir efetivamente para promoção de saúde pública. Logo, ela deve ser compreendida e realizada com o devido e rigoroso uso das técnicas e, para além destas, ela deve emergir como um conhecimento próximo e sensível à realidade da cultura, abarcando, para isso, uma reflexão crítica sobre a responsabilidade, o compromisso social e humano da profissão, postura que viabiliza o crescimento profissional e pessoal e o reconhecimento da profissão perante a sociedade.

Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-MG e Equipe Técnica

A Equipe Técnica do CRP-MG é formada pelos psicólogos:

Anna Cássia Lisboa Corgozinho
Cássia Alves dos Santos
Celina Andrade Alkimim Pinto (Montes Claros)
Cláudia Regina F. de C. Dias (Juiz de Fora)
Jaider Júnior de Souza Lima
Juliana Borges Marson (Uberlândia)
Juliana Maria Cava (Pouso Alegre)
Liliane Cristina Santos
Luciana Silveira Assunção (Governador Valadares)
Raquel Junqueira Guimarães

ACONTECEU

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DISCUTE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Realizado na Escola Superior Dom Helder Câmara, no dia sete de novembro, o "Seminário Internacional Justiça Restaurativa e sua aplicabilidade no Brasil" abordou as perspectivas de consolidação da prática da Justiça Restaurativa no Brasil. A prática já é utilizada em algumas cidades brasileira, como São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, em forma de projeto piloto.

O seminário, que foi dividido em dez painéis e uma mesa redonda, contou com a presença de palestrantes brasileiros e de outras nacionalidades, que procuram definir, demarcar e expor as possibilidades da utilização da Justiça Restaurativa no contexto brasileiro. O Conselho regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) esteve representado pelo seu vice-presidente, o psicólogo Rodrigo Tôres Oliveira, no Painel "Uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar do conflito."

Para a palestrante desse painel, Adriana B Sócrates, psicóloga do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas, "a Justiça Restaurativa visa instaurar a palavra e o diálogo nos conflitos". É uma tentativa de restaurar a "paz social" através dos sujeitos que estão envolvidos no conflito, humanizando essa relação.

Apontando o conflito como inerente ao ser humano, a psicóloga acredita que o objetivo da Justiça Restaurativa, e de seus mediadores, é ajudar os envolvidos em conflitos a encontrar

soluções criativas para suas dificuldades, entendendo que é preciso "apropriar-se do conflito e lidar com ele de diversas maneiras, pois não é possível eliminá-lo."

O psicólogo Rodrigo Tôres, debatedor do painel, observou a importância de se pensar o lugar do psicólogo dentro desse processo e apontou que o CRP-MG enxerga positivamente a possibilidade de se estabelecer essa prática no Brasil. "O que nos interessa não é um direito máximo", explica Rodrigo, "mas sim um direito [penal] mínimo."

O que é Justiça Restaurativa?

A Justiça Restaurativa pode ser entendida como um processo colaborativo envolvendo as pessoas diretamente afetadas por um determinado conflito. Seu objetivo é preceder a justiça comum, resolvendo, por meio da conciliação e da mediação, os conflitos que antes teriam que ser resolvidos no espaço jurídico normal, com o auxílio de um advogado, e que gerariam resoluções retributivas-punitivas.

A tentativa é fazer com que as partes reflitam e verbalizem sobre o conflito, encontrando através do diálogo a solução que seja mais apropriada para restaurar o consenso e a integridade dos mesmos.

RECONSTRUINDO OS "RECURSOS HUMANOS"

A Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional (CPTO) do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) realizou, nos dias 19 e 20 de outubro de 2007, o seminário "Recursos Humanos, um espaço em reconstrução: A Psicologia em diálogo." Realizado no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG), o evento, que reuniu cerca de 200 psicólogos, teve como proposta discutir o papel do psicólogo dentro das organizações, analisar o caráter multidisciplinar da atividade em recursos humanos e promover um debate acerca das possibilidades de transformar o mundo do trabalho em um espaço de autonomia e expressão humana.

O seminário compreendeu seis mesas e duas palestras ministradas pelos professores Francisco de Paula Antunes Lima, doutor em ergonomia (CNAM-Paris), e Jader dos Reis Sampaio, doutor pela Universidade de São Paulo. As mesas debateram temas como: o processo de gestão de pessoas e a humanização dos hospitais; a saúde pública e sua gestão; o psicólogo e a saúde do trabalhador; a atuação do psicólogo nas empresas públicas e privadas; a conquista de espaços no serviço público e a questão da formação e da empregabilidade.

Na abertura do evento, no dia 19, estiveram presentes os representantes do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, Roges Carvalho; da Associação Brasileira de Ensino e Psicologia,



Foto: Gustavo Machala

Platéia atenta na palestra de abertura sobre Recursos Humanos

Lecy Rodrigues; da Associação Brasileira de Recursos Humanos, Sônia Veiga; e do CRP-MG, conselheiro-presidente Rogério Oliveira.

O presidente do CRP-MG, Rogério Oliveira, iniciando os trabalhos do seminário, enfocou a posição particular do psicólogo que trabalha em recursos humanos, abordando a precarização do trabalho e os desafios do trabalho multidisciplinar dentro das organizações. "Queremos ser respeitados da maneira como respeitamos. É inadmissível que outras profissões digam o que os psicólogos devem fazer. Temos que trabalhar juntos, respeitando cada um o espaço do outro", afirmou Rogério, em menção a problemas reportados ao CRP-MG sobre notificações emitidas pelo Conselho Regional de Administração de Minas Gerais (CRA-MG) em que psicólogos são autuados por "exercer trabalho privativo dos administradores".

A PSICOLOGIA DO TRABALHO E A CLÍNICA DA ATIVIDADE

Ciclo de Palestras do psicólogo francês Yves Clot
movimenta UFMG

Renomado psicólogo, especialista em Psicologia do Trabalho, Yves Clot esteve em Belo Horizonte entre os dias 20 e 27 de setembro, realizando um ciclo de palestras na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. O evento, que reuniu centenas de pessoas, entre pesquisadores, profissionais e estudantes, contou com duas conferências e o mini-curso "Clínica da Atividade: uma abordagem para a compreensão e transformação das situações de trabalho".

Para Yves Clot, pesquisador do CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers), em Paris, a psicologia do trabalho pode ser definida como "uma disciplina que intervém nos ambientes de trabalho com o objetivo de promover a saúde e as capacidades dos trabalhadores". Yves acredita que o psicólogo deve "provocar um trabalho dentro do trabalho", propondo aos trabalhadores novos objetos de pensamento. Para ele, a profissão pode ser definida como uma "ferramenta coletiva do trabalho individual". Mas há, também, "uma dimensão íntima do trabalho; ele não é só memória, é também atividade", completa o psicólogo.

Em sua palestra final, Yves Clot apresentou o que chama de "quatro instâncias do trabalho": 1) pessoal (que lida com a intimidade); 2) impessoal (relacionada com a tarefa e com a prescrição); 3) interpessoal (pois o trabalho é sempre endereçado) e 4) transpessoal (que refere-se à memória coletiva, à resposta coletiva da atividade individual). Sua Clínica da Atividade é fomentadora do desenvolvimento dessas quatro instâncias, tenta permitir que o trabalhador migre de uma instância para a outra. "Quando as migrações são proibidas as pessoas sofrem. Assim, a saúde pode ser destruída", explicou o psicólogo.

SIMPÓSIO PARA A TERCEIRA IDADE

O 1º Simpósio de Saúde Física e Mental, idealizado e coordenado por estudantes de Psicologia de Três Corações, reuniu cerca de 400 pessoas interessadas na temática da terceira idade, entre os dias 16 e 18 de outubro. O evento, que contou com palestras, dinâmicas e atividades culturais, foi realizado na Escola de Sargento das Armas (EsSA) com o apoio da coordenação do curso de Psicologia da Universidade Vale do Rio Verde e da 13ª Circunscrição de Serviço Militar (13ª CSM).

Dentre os temas abordados pelas palestras do evento estão a importância da dança no desenvolvimento humano, o envelhecimento e a terceira idade, as garantias do Estatuto do Idoso, os sinais e sintomas da depressão e as possibilidades de se envelhecer com qualidade. Além das palestras, houve exposição de murais com informações sobre saúde.

Ano que vem o simpósio será realizado no mês de setembro (mês do envelhecimento) e fará parte de um calendário fixo da Universidade e da 13ª CSM.

PSICOLOGIA, RECURSOS HUMANOS, TRABALHO E SAÚDE

Pensar na Psicologia é pensar na compreensão do ser humano, que na sua integralidade participa do mundo do trabalho e é afetado pelas relações estabelecidas nas organizações.

Como ciência, a Psicologia tem contribuições para a construção de estratégias de promoção da saúde e bem-estar no âmbito das empresas e no campo do trabalho. O espaço da Psicologia é de analisar e compreender como interagem as múltiplas dimensões que caracterizam a vida das pessoas, dos grupos e das organizações neste mundo complexo e em transformação.

Historicamente sabemos que a Psicologia Organizacional e do Trabalho tem enfrentado momentos distintos. Inicialmente surge atrelada aos interesses das indústrias e desenvolve teorias e aplicações voltadas ao aumento da produtividade do homem em postos de trabalho. Recebe o nome de psicologia da indústria ou psicologia industrial e a atuação expressiva é na seleção de pessoal.

Em um segundo momento surge a *Psicologia Organizacional*. Os psicólogos deixaram de estudar apenas os postos de trabalho e começaram a repensar as estruturas organizacionais, visando a satisfação do trabalhador aliada ao aumento da produtividade.

Posteriormente as transformações no mundo do trabalho acarretaram a necessidade de mudanças nas políticas de gestão de pessoas, sendo indispensável o reposicionamento do psicólogo sobre sua prática e exercício profissional.

Surge a proposta da Psicologia do Trabalho, " que tem como ponto central o estudo e a compreensão do trabalho humano em todos os seus significados e manifestações." (LIMA, 1993.p.53). A Psicologia do Trabalho interessa-se pela saúde mental do homem que trabalha e as dimensões esquecidas como o significado e as relações de trabalho.

Existem dimensões invisíveis na relação entre o trabalhador e a atividade laboral desenvolvida, surgindo a necessidade de se repensar/ reconstruir não só o papel mas as formas de intervenção do Psicólogo do Trabalho, principalmente considerando-se que o mundo do trabalho, vive hoje uma revolução de valores e uma dimensão ética

ampliada, que envolve cuidados com o meio ambiente, cultura, educação, cidadania, relação com as pessoas e com a comunidade.

Apesar de o campo da Psicologia do Trabalho ser amplo e percebermos que a atuação do psicólogo tem sido ampliada, é de fundamental importância, cuidar da formação do psicólogo, construir uma prática capaz de lidar com problemas emergentes das organizações, e mobilizar a categoria para a construção de diretrizes que fortaleçam a atuação profissional no campo dos "Recursos Humanos".

Entendemos o espaço denominado como Recursos Humanos nas Organizações como uma área que demanda uma atuação multidisciplinar, onde psicólogos e outros profissionais têm a sua contribuição. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são imprescindíveis para obter-se uma compreensão mais consistente do nosso objeto de estudo. Acreditamos que o conhecimento é a base das relações sociais e portanto deve ser ampla e democraticamente construído e partilhado.

Construir estruturas mais saudáveis para a sociedade, transformando o mundo do trabalho cada vez mais num espaço de autonomia e expressão humana, será possível se forem criadas condições para um diálogo dos psicólogos, com as diversas profissões de interface na área, para que discutam suas ações, afastando-se de intervenções fragmentadas, nem sempre reconhecidas por profissionais de outras categorias, pelos dirigentes das organizações e mesmo pelo próprio trabalhador.

Atuar no mundo do trabalho, é acima de tudo estar disponível para intervir em condições e atitudes que venham colocar em risco o trabalhador, buscando viabilizar estratégias de ação que influenciem na maior humanização das condições de trabalho, melhoria em seus estilos de gestão e compreensão mais ampla e genérica das relações entre o trabalho e a saúde/doença dos trabalhadores, conforme citado por Dias (1993).

É nessa perspectiva que a Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional - CPTO, do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais-CRPO4, vem direcionando suas ações para alcançar seus principais objetivos: o fortalecimento do campo da Psicologia do Trabalho e Organizacional, nos espaços públicos e privados, e propi-

ciar discussão sobre temas e ações relevantes para o Psicólogo do Trabalho e Organizacional.

A CPTO tem participado de todas as ações promovidas pelo CRPO4, no sentido de apoiar a presença dos psicólogos nas organizações, em toda amplitude de seu trabalho. Porém, se faz necessário fortalecer e publicizar nossa posição junto ao empresário e a opinião pública.

Isto nos leva, também, a expressar nossa indignação por ações corporativistas que parecem pretender alijar psicólogos de suas funções na área de Recursos Humanos ou no mínimo de criar uma inexplicável e inaceitável relação de subalternidade, deslocando o foco do ser humano nas organizações para um embate por poder e mercado de trabalho.

Segundo Zanelli (2002, p.178) " abertura de espaços para a atuação psicológica... requer uma mudança que não se deve esperar que provenha, dadas as condições, de um ato formal de algum ponto da estrutura." Esse autor nos alerta que o desenvolvimento progressivo e o futuro de uma profissão dependem das condições histórico-estruturais da sociedade em que ocorre, mas acima disto também dependem da ação de seus integrantes, em um caminho de mão dupla." Condições restritivas, aliadas a inércia, ou mesmo rechaço, de seus profissionais, acabam, sem dúvida, por torná-la raquitizada."

E Zanelli, propõe que a escolha tem que ser feita: ou nos movemos mais vigorosamente para o âmbito da aplicação organizacional, não apenas sabendo o que temos para oferecer, mas sabendo fazê-lo, como também, tornando claro para os demais profissionais o que podemos oferecer, ou corremos o risco de sermos definitivamente excluídos do cenário das organizações e do mundo do trabalho.

Existe uma concordância entre os diversos estudiosos, de que há uma urgência para a Psicologia do Trabalho, no que se refere a evolução em sua prática e ampliação do espaço de atuação. Fica o convite à reflexão e união de esforços para fortalecimento da nossa profissão.

CRP-MG Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional

FATOS E PERSONAGENS DA PSICOLOGIA

NOVOS TEMAS E NOVOS RUMOS

Com uma história profissional e pessoal que tangencia as transformações da Psicologia nos anos 90, Rogério de Oliveira Silva, presidente do XII Plenário do CRP-MG, aponta novos caminhos para a atuação da Entidade.

Desde os anos 90 a Psicologia tem se lançado na busca de se integrar com as questões sociais. Reconhecida como ciência e profissão, a Psicologia, na figura dos profissionais que a protagonizam, tem buscado atender às demandas sociais do País, contribuindo com sua escuta e suas intervenções para a emancipação do cidadão brasileiro.



Gustavo Machala

Metropolitana, mas também no Estado de Minas Gerais. No Brasil, a taxa de desemprego tem oscilado em torno dos 9% há alguns anos. Certamente, essa é também a condição do profissional psicólogo. É pensando nisso que a gestão do XII Plenário do CRP-MG pretende colocar como um dos eixos centrais de suas atividades a superação da condição de precarização do trabalho do psicólogo.

Caso Wanderlei Sobrinho

Em resposta à movimentação proposta pelo CRP-MG neste espaço, no *Jornal do Psicólogo* 88, que tratou da morte do portador de sofrimento mental, Wanderlei Sobrinho, em Juiz de Fora, no Hospital Regional João Penido, o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais contatou a irmã da vítima, Maria Meuri, afirmando que levará o caso, no que diz respeito aos médicos, "às últimas conseqüências", já tendo aberto, inclusive, sindicâncias a esse respeito.

O processo de Wanderlei ainda está em andamento e o grande número de acusados que precisam ser ouvidos (15), pode fazê-lo se arrastar ainda por um bom tempo. A Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG continua acompanhando o processo, buscando mobilizar a categoria para a questão.

Nesse percurso, que descolou a profissão de um espaço hegemonicamente clínico e de consultório, para uma psicologia que procura abarcar o social e o comunitário (o chamado compromisso social da Psicologia), os profissionais psicólogos têm esbarado em um impasse: sua própria profissão encontra-se precarizada, sem acesso aos direitos básicos reconhecidos a diversos trabalhadores, dentre eles um piso salarial, uma data base e uma jornada de trabalho.

"Proponho uma maior democratização para que os psicólogos se engajem de modo organizado na construção das políticas do Conselho", explica Rogério, que acredita que é preciso mobilizar a categoria para essa causa. "Quando as pessoas entendem o 'imperativo da coletividade', o controle não está mais no cargo nem no poder, mas nas variáveis que foram construídas pelos atores sociais".

É baseado nesse impasse que o presidente do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, Rogério Oliveira, compreende a profissão e o papel da Instituição: "Não existe profissão do psicólogo sem o psicólogo. Enquanto o trabalho do psicólogo estiver precarizado, o objetivo do compromisso social não se completa. É preciso avançar para além da bandeira do compromisso social".

É nessa construção pelo grupo, nesse "eixo" organizativo e nessa "dispersão de poder", que Rogério visualiza a possibilidade de atuação do Conselho. "O CRP tem que intervir politicamente para regular as condições do exercício profissional do psicólogo. Devemos provocar essas pessoas para que participem dos processos decisórios dos rumos de nossa profissão, através de uma democracia que seja participativa, e não simplesmente 'de representação'. O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais tem condição de oferecer e fomentar outras estruturas [entidades da Psicologia, sindicato] em torno desse projeto e o nosso grande eixo será o eixo do trabalho", finaliza.

Rogério constata que o Conselho ainda não elegeu a questão do trabalho como uma questão direta dele. Para o presidente, a questão do trabalho tem sido tratada como decorrência da capacidade do profissional de exercer uma determinada tarefa: "Se o psicólogo fizer bem feito ele vai ter um lugar no mercado de trabalho. Entretanto, a sociedade brasileira ainda não chegou a tal ponto."

Rogério Oliveira está há mais de oito anos voltado para a questão do trabalho do psicólogo e do compromisso social da Psicologia. Foi um dos idealizadores e fundadores da Cooperativa de Trabalho dos Psicólogos de Belo Horizonte, já extinta, na qual se discutia o trabalho do psicólogo, suas implicações éticas e seu lugar na sociedade. Sua ligação com o mundo do trabalho e sua atenção especial para o trabalho do psicólogo remonta sua formação e sua própria história de vida.

De acordo com dados da "Pesquisa de Emprego e Desemprego", realizada pela Fundação João Pinheiro, Dieese e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi de 11,4% da População Economicamente Ativa (PEA) em setembro. Apesar desse número ser o menor em toda a série histórica para o mês de setembro na região, ele revela o grande número de desempregados, não só na Região

Atualmente é consultor de programas de promoção da saúde (redução do risco de acidentes de trabalho) para o setor privado e público.

Mala Direta Postal
9912192005/2007-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia
Minas Gerais - CRP/MG
///CORREIOS///



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

Rua Timbiras, 1532, 6º andar Lourdes
Cep 30140-061 - Belo Horizonte/MG